

Nova lei libera imóvel de família pobre sem habite-se

Também foram publicadas no *Diário Oficial da União* normas sobre a individualização de dívidas rurais junto ao Banco da Terra e a dispensa da exigência da categoria D para instrutores de trânsito

FORAM PUBLICADAS NO *Diário Oficial da União* de sexta-feira leis sobre regularização de imóvel sem habite-se a famílias pobres, pagamento individual de dívidas rurais coletivas e novos requisitos para instrutores de trânsito.

A primeira é a Lei 13.865, que dispensa o habite-se de todas as moradias populares do Brasil com caráter unifamiliar, de pavimento térreo e construídas há mais de cinco anos. A nova regra é oriunda do PLC 164/2015, do então deputado e atual senador Irajá (PSD-TO), aprovado no início de julho no Senado.

A lei permite a regularização de imóveis de famílias de baixa renda, sem o habite-se, que cumpram as exigências estabelecidas (terreas, com mais de cinco anos de construção).

Dívidas rurais

Outra lei facilita a individualização de dívidas rurais junto ao Banco da Terra e por meio do Programa Cédula da Terra, em contratos coletivos



Marcos Oliveira/Agência Senado

Projeto de Irajá atinge moradias populares térreas com mais de cinco anos

de produtores rurais e agricultores familiares. A Lei 13.864 é originária do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 151/2017 e entra em vigor imediatamente.

O texto altera a Lei 11.775, de 2008, que criou medidas de estímulo para a quitação ou regularização de dívidas rurais e fundiárias firmadas em contratos coletivos de associações, consórcios ou cooperativas, junto ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) e por meio do Programa Cédula da Terra.

A proposta facilita a regularização da situação das famílias

vinculadas a esses projetos e contribui para a retomada do crédito e do investimento produtivo na agricultura familiar.

Instrutor de trânsito

A dispensa ao instrutor de trânsito da exigência de habilitação na categoria D, que permite conduzir veículos que transportam passageiros, para exercer sua atividade é o tema da Lei 13.863/2019.

A regra está no PLC 29/2018, do então deputado e hoje senador Esperidião Amin (PP-SC), aprovado em 10 de julho de 2019.

Girão alerta para ações sobre uso da maconha medicinal

Apesar de ser favorável à prescrição de medicamentos com substâncias como canabidiol e tetrahydrocannabinol (THC) para tratamento medicinal no Brasil, Eduardo Girão (Podemos-CE) disse na sexta-feira ver com reservas as ações da Anvisa que podem levar à liberação do plantio da maconha.

— Conversei com especialistas que foram taxativos em afirmar que a produção sintética do canabidiol seria uma alternativa mais segura e eficaz ao plantio da maconha.



Pedro França/Agência Senado

Acir Gurgacz destaca 1º Festival do Tambaqui

Acir Gurgacz (PDT-RO) ressaltou na sexta-feira, a primeira edição do Festival Tambaqui da Amazônia em Brasília. O evento ocorreu na quarta-feira, na Esplanada dos Ministérios. Um dos objetivos do festival é tornar mais conhecido o peixe da Amazônia e estimular o hábito de consumo de pescados entre os brasileiros.

— Foi muito bonito e gratificante ver o peixe de Rondônia ser disputado pelos brasileiros e pelos brasileiros que por aqui passavam. Muitos apreciaram pela primeira vez.



Pedro França/Agência Senado

Zequinha cobra regularização fundiária no Pará

Zequinha Marinho (PSC-PA) alertou na sexta-feira para a necessidade de regularização fundiária no Pará, especialmente na região sudoeste do estado. Para o senador, sem a regulamentação o dono da terra não pode fazer o projeto de manejo, e assim a madeira é considerada ilegal, prejudicando o setor produtivo.

— É importante que o governo tenha consciência de que a terra precisa ser regularizada. A regularização fundiária ajuda a resolver uma série de problemas, como o ambiental.



Pedro França/Agência Senado

Redações para o Jovem Senador podem ser feitas até sexta-feira

Termina na sexta-feira, dia 16, o prazo para que estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais participem do concurso de redação do Projeto Jovem Senador. Criada em 2008, o iniciativa seleciona, por meio de concurso anual, 27 alunos de todo o país para vivenciarem em Brasília uma semana de atividades

similares às dos senadores. Neste ano, o tema da redação é “Cidadão que acompanha o orçamento público dá valor ao Brasil”. As inscrições são feitas pelas escolas.

Para esta edição, os estudantes podem contar com a ajuda das animações da série Orçamento Fácil, no endereço www.senado.leg.br/orcamentofacil.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
<p>CDH A Previdência e os negros 9h Audiência para debater reforma da Previdência. Às 14h, debate sobre Previdência e trabalho, com foco na população negra e minorias.</p> <p>SESSÃO ESPECIAL Fazenda da Esperança 10h Homenagem à comunidade terapêutica Fazenda da Esperança.</p> <p>PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.</p> <p>SESSÃO ESPECIAL Gen. Villas Bôas 16h Homenagem ao general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, ex-comandante do Exército.</p>	<p>CI Conta de luz e Petrobras 9h Audiência sobre o PLS 232/2016, que permite a portabilidade da conta de luz. Às 13h, debate com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.</p> <p>CAE Cobrança de serviços suspensos 10h Entre 13 itens, o SCD 19/2015, que proíbe concessionárias de cobrarem por serviços não prestados ou suspensos.</p> <p>CTEC Proteção ao cliente 10h Audiência para discutir o PLS 175/2018, que aumenta a proteção do cliente na compra de produtos ou contratação de serviços.</p> <p>CE Alunos com baixo rendimento 11h O PLC 13/2016, sobre o Programa Nacional de Incentivo ao Atendimento Voluntário para Alunos com Baixo Rendimento Escolar, é um dos 15 itens.</p> <p>CRA Desconto na energia elétrica 14h Audiência sobre o PL 661/2019, que amplia desconto na energia elétrica para agricultores familiares irrigantes.</p> <p>MP 885/2019 Venda de bens do tráfico 14h30 Análise do relatório.</p>	<p>CDR Políticas públicas para a pesca 9h Audiência sobre políticas da pesca.</p> <p>CRE Bulgária e Hungria 9h Sabatina de dois embaixadores.</p> <p>CAS Síndrome do X frágil 9h30 Pauta de 11 itens. Às 10h30, debate sobre a síndrome do X frágil.</p> <p>CCI Segurança bancária 10h A PEC 8/2018, sobre federalização da segurança bancária, é um dos 31 itens.</p> <p>CCT Apresentação de pesquisas 10h Audiência com a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Evandro Chagas.</p> <p>CRA/CMA Exploração de gás de xisto 11h Debate sobre gás de xisto.</p> <p>CI Portabilidade da conta de luz 13h Audiência sobre a portabilidade da conta de luz.</p> <p>ESPORTE Plano nacional 14h Debate sobre o Plano Nacional do Esporte.</p> <p>CMCVM Instalação 14h30 Instalação e eleição.</p>	<p>CDH Adoção 9h Entre 26 itens, o PL 1.535/2019, que garante direitos a crianças e adolescentes em processo de adoção.</p> <p>CE Semana dos Direitos Humanos 10h Audiência para discutir o PLS 401/2015, que institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas.</p> <p>CRE Voo da Chapecoense 10h Debate sobre o voo da Chapecoense.</p> <p>SESSÃO ESPECIAL Associação de jornais 10h 40 anos da ANJ.</p> <p>SESSÃO ESPECIAL Corretor de imóveis 14h Dia dos Corretores de Imóveis.</p> <p>PESSOA IDOSA Educação e cultura 14h Audiência em Palmas.</p>	

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para presidente do Senado, reforma tributária deve ter proposta única

Davi lembrou que Câmara e Senado analisam textos diferentes e governo estuda apresentar novo projeto, o que pode dificultar o andamento

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, defendeu na sexta-feira uma proposta única de reforma tributária. Atualmente o Senado analisa uma proposta para alterar a arrecadação e a distribuição de recursos (PEC 110/2019). A Câmara debate proposta diferente. E o governo federal estuda apresentar outro texto.

Davi reforçou que, na segunda-feira passada, foi firmado acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para a construção de apenas um texto, com o intuito de facilitar o andamento da reforma no Congresso.

— Não adianta um processo de uma reforma tributária se iniciar na Câmara, outra se iniciar pelo Senado e o governo mandar outra proposta. Se



Davi Alcolumbre e Vital do Rêgo conversam sobre migração de servidores

a Câmara aprovar um texto sobre o qual o Senado não estiver convencido, o projeto vai parar no Senado. Se o Senado votar um texto e a Câmara não estiver convencida, vai parar na Câmara. E se o governo mandar outro texto diferente desses dois, também vai parar — disse.

Para Davi, o avanço da reforma da Previdência (PEC 6/2019), aprovada pela Câmara e encaminhada ao Senado, vai permitir que o Congresso

passa a se dedicar à reforma tributária e a outras pautas importantes para a retomada do crescimento:

— O que queremos é desburocratizar a vida das pessoas e construir um novo modelo de governança e de gestão para o Brasil.

As declarações foram dadas após visita de cortesia ao Tribunal de Contas da União (TCU), na qual Davi defendeu a migração, para quadros em extinção da União,

de servidores, empregados e pessoas com vínculo de trabalho comprovado com os ex-territórios de Amapá, Rondônia e Roraima.

A migração dos servidores, conhecida como transposição, está suspensa por decisão do TCU desde janeiro. O tribunal acatou questionamento do Ministério Público de que as mudanças da Emenda Constitucional 98, de 2017, ampliaram muito a possibilidade de quem poderia ser transposto.

Davi se reuniu com o ministro Vital do Rêgo, relator do processo no TCU, e recebeu a informação de que o processo será julgado nos próximos 15 dias:

— Essa era a notícia que esses estados estavam aguardando. O que viemos pedir a ele é para deixar de gerar essa insegurança jurídica para esses servidores que aguardam a inclusão no quadro, que está suspensa por uma medida cautelar. Essa emenda constitucional precisa ser garantida — defendeu Davi.

Isenção de impostos a videogames nacionais vai a Plenário

Consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil poderão conquistar imunidade tributária, a exemplo da concedida em 2013, a CDs e DVDs de origem nacional. O benefício fiscal é previsto na proposta de emenda à Constituição aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na terça-feira. A PEC 51/2017 recebeu voto favorável do relator, senador Telmário Mota (Pros-RR), e seguiu para votação em Plenário.

Se for promulgada pelo Congresso, estados e municípios ficarão proibidos de impor taxaço a esses produtos.

A iniciativa partiu de sugestão legislativa, de iniciativa popular, acatada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Para Telmário, a proposta não evidencia privilégio para um setor econômico, “mas sim o aproveitamento de oportunidade real para o desenvolvimento dos jogos eletrônicos, com o incremento do emprego, dos lucros e da arrecadação”.

A CCJ também aprovou, na quarta-feira, projeto que institui a responsabilidade compartilhada entre servidores públicos e governantes nos resultados fiscais dos governos.

A proposta cria mecanismos para conter o aumento dos gastos públicos, especialmente em relação ao funcionalismo, quando houver deficits primários. Por outro lado, em caso de superavit, os servidores da União poderão receber bônus de até 5% do resultado primário positivo de receitas e despesas do governo. O Projeto de Lei Complementar (PLP) 64/2019 segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), a proposta determina que, em caso de resultado negativo, os governos

ficarão proibidos de aumentar suas despesas, o que inclui os gastos com o funcionalismo. No ano seguinte ao deficit, a União, o estado, o Distrito Federal ou o município não poderá conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração nem criar cargo, emprego ou função, estabelece o texto. Também não poderá alterar a estrutura de carreira, admitir ou contratar pessoal ou fazer concurso público, entre outros atos que impliquem mais gastos.

O projeto recebeu voto favorável do relator, senador Mecias de Jesus (PRB-RR).

Negros e minorias no contexto da Previdência serão ouvidos hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 14h, audiência sobre Previdência e trabalho, com foco em negros e minorias. A reunião foi pedida pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados a deputada estadual Olivia Santana, da Assembleia Legislativa da Bahia, o representante da Nova Frente Negra Brasileira (NFNB) no DF, Marivaldo Pereira, a vereadora Divaneide Basílio, da Câmara Municipal de Natal, a advogada e enfermeira Beatriz Silveira e o diretor-presidente da NFNB, Tadeu Augusto Mathews.

De acordo com o IBGE, em 2017, pretos e pardos representaram cerca de 54% da população brasileira.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a taxa de analfabetismo em 2016 era de 4,2% de brancos e 9,9% de negros ou pardos.

A taxa de desocupação mostra que 14,5% dos pardos, 13,6% dos pretos e 9,5% dos brancos sofrem com desemprego. Pelos dados, o rendimento médio de brancos é de R\$ 2.814, enquanto pardos e pretos recebem R\$ 1.606 e R\$ 1.570, respectivamente.

PEC determina que embaixador seja da carreira diplomática

A escolha de chefe de embaixada deve recair sobre servidor integrante da carreira diplomática. É o que estabelece a proposta de emenda à Constituição que aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta foi apresentada pelo senador Alvaro Dias (Podemos-PR) e subscrita por outros 29 senadores.

Atualmente a Lei 11.440, de 2006, limita a indicação a ministros de primeira ou de segunda classe, sendo a indicação de pessoa não pertencente aos quadros do Ministério das

Relações Exteriores uma hipótese excepcional. No entanto, ao não estabelecer limites a tal excepcionalidade, acabou-se assumindo essa possibilidade como simples e plenamente aberta, observa Alvaro.

A PEC 118/2019 altera o artigo da Constituição que trata das atribuições privativas do Senado, ao definir que caberá à Casa aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta (sabatina), a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, que deverá recair sobre servidor efetivo integrante da carreira diplomática.

Reforma tira direitos dos mais pobres e da classe média, diz Paim

O texto da reforma da Previdência (PEC 6/2019) é polêmico e a proposta deve ser debatida à exaustão e corrigida nos pontos em que for preciso, para evitar distorções. A opinião foi defendida por Paulo Paim (PT-RS) em Plenário, na sexta-feira. Para ele, o Senado precisa se debruçar atentamente sobre o texto que chegou da Câmara. Paim defendeu a necessidade de levar ao conhecimento da sociedade o real teor da proposta, que, na avaliação dele, é desconhecido de boa parte da população

— A reforma tira direitos mesmo. Mesmo os que têm uma visão do outro lado admitem que ela tira direitos — afirmou.

Plínio Valério diz ser contra indicação de Eduardo Bolsonaro

O senador Plínio Valério (PSDB-AM) se manifestou na sexta-feira contra a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) para o cargo de embaixador do Brasil em Washington.

Ele declarou que seis dos oito senadores tucanos compartilham de sua opinião.

— Tenho uma neta que está aqui em Brasília há dois anos se preparando para o Itamaraty. O que eu vou dizer: “Não estude, não. Seu avô é senador e vai tentar indicá-la”? Qual o exemplo que nós daríamos ao referendar tal indicação?

Para Jorge Kajuru, funcionário público tem salário muito alto

Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou na sexta-feira os salários dos funcionários públicos da União, estados e municípios. Segundo dados do Tesouro, citados pelo senador, o país gasta R\$ 927,8 bilhões — cerca de 13,6% do PIB — para pagar servidores.

Esse valor, na visão dele, é muito alto para um país que vive uma “quase estagnação da economia”. Essa questão, observou o senador, é ainda mais delicada quando se compara o salário de profissionais com formação semelhante no setor público e no privado.



Pedro Franço/Agência Senado



Pedro Franço/Agência Senado

Dia dos Povos Indígenas é celebrado em audiência

Debate na Comissão de Direitos Humanos teve a presença de índias que participam de marcha em Brasília

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) celebrou na sexta-feira o Dia Internacional dos Povos Indígenas. A audiência foi sugerida e coordenada pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS). O evento contou com a presença de mulheres líderes indígenas, representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que é uma das organizadoras da Marcha das Mulheres Indígenas, que começou no sábado e vai até amanhã, em Brasília, com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”.

Falando pela Apib da Região Norte, Sonia Bone Guajajara informou que a marcha tem entre 1,5 mil e 2 mil mulheres, representando cerca de 100 povos. Ela disse que a mobilização é importante para a conquista e a preservação de direitos e citou, como exemplo, a manutenção da demarcação das terras indígenas com a Funai. A intenção do governo era deixar essa questão com o Ministério da Agricultura, mas durante a tramitação da MP 870/2019 no Congresso, a responsabilidade voltou para a Funai, como as lideranças indígenas pretendiam.

Sonia também lamentou o que chamou de “agenda perigosa” do governo. Segundo ela, essa agenda vem desmontando as áreas da educação, da ciência e da saúde pública e termina confrontando os direitos humanos e indígenas.



Entre Cristiane Julião e Ana Patté, Paulo Paim dirige audiência pública

Ela criticou o modelo único de produção agrícola e as práticas de destruição da terra, seja por mineração ou uso de agrotóxicos na agricultura industrial.

— Nossa missão é defender a Mãe Terra, é defender a natureza. Quando fazemos isso, não beneficiamos só os indígenas, mas beneficiamos todo mundo. Querem fazer acreditar que os indígenas não precisam mais de terra. Mas nós lutamos pelos direitos originais, que quer dizer direito ao território — declarou.

Diversidade

Representante da Apib Norte e Nordeste, Cristiane Gomes Julião lembrou que são mais de 300 povos indígenas no Brasil. Ela disse que muitos políticos buscam o voto dos indígenas, mas esquecem suas demandas depois de eleitos. Cristiane ressaltou que é preciso quebrar os estereótipos

que reforçam a ideia da índia submissa.

— Muito sangue indígena já foi derramado. Não importa a aparência e sim a essência. Vamos lutar até o fim! — afirmou.

Representante da Apib da Região Sul, Ana Patté afirmou que é preciso fortalecer a luta e a união das mulheres índias, criticou a reforma da Previdência e cobrou apoio para a demarcação das terras.

— Muitos dizem que no Sul não há povos indígenas, mas estamos aqui para mostrar que somos resistência.

Paim leu um documento defendendo a preservação das línguas indígenas e elogiou a participação das lideranças na audiência. Ele ainda criticou a autorização do governo para o uso da Força Nacional de Segurança na Esplanada em caso de manifestações populares, como é o caso da Marcha das Mulheres Indígenas.

Proibição do nepotismo pode ser incluída no texto constitucional

Proposta de emenda à Constituição que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) disciplina a proibição do nepotismo em toda a administração pública. A PEC 120/2019, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), aguarda designação de relator.

O texto veda a nomeação para cargo em comissão ou para função de confiança no mesmo órgão de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente político, de membro de poder ou de servidor ou empregado público investido em cargo em comissão ou função de confiança.

Como a proibição será inscrita no artigo 37 da Constituição, a determinação valerá para a administração pública direta e indireta dos três Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A proposta também proíbe o chamado nepotismo cruzado, quando autoridades nomeiam parentes de outras autoridades reciprocamente.

O autor explica na justificativa que, atualmente, a proibição não consta do texto constitucional, embora o Supremo Tribunal Federal (STF) já tenha definido em súmula vinculante de 2008 que o nepotismo simples e o nepotismo cruzado violam a Constituição. Para Styvenson, a proposta legislativa é necessária, porque a súmula do STF dá margem a interpretações sobre o alcance da proibição.

De acordo com a proposta



Para Styvenson, a proposta vai evitar erros de interpretação

de emenda à Constituição, não estará sujeita à proibição a nomeação para cargo em comissão e a designação para função de confiança que sejam de nível hierárquico igual ou superior ao do cargo ou função do indicante, de nível hierárquico igual ou inferior ao da função ou cargo regularmente exercido até então pelo nomeado ou designado e quando o nomeado ou designado exercer cargo ou emprego efetivo e não estiver subordinado hierarquicamente a quem indicar.

O texto também qualifica como ato de improbidade da autoridade responsável o descumprimento da regra proibitiva do nepotismo e determina a nulidade do ato nesses casos.

Em 2005, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou resolução vedando o nepotismo em todos os órgãos do Judiciário. O caso foi levado ao STF, que ratificou a decisão não só no Judiciário, mas em toda a administração pública.

Entregar arma a criança pode ter pena maior

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou na quinta-feira o Projeto de Lei 1.196/2019, que prevê o aumento da pena para quem entrega arma, munição ou explosivo a criança ou adolescente. O texto foi para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, que já determina a penalidade de reclusão de três a seis anos para quem entrega ou fornece arma, munição ou explosivo para criança ou adolescente. Com a mudança na legislação, essa pena será aumentada da metade, como explicou o autor da proposta, senador Marcos do Val (Cidadania-ES).

A relatora, senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), deu parecer favorável ao destacar que criminosos aliciam e armam crianças e adolescentes para que pratiquem atos infracionais a seu mando. “A finalidade dessa entrega agrega malícia



Projeto de lei de Marcos do Val aumenta a pena pela metade

ao tipo penal e justifica plenamente o agravamento da pena”, explica no relatório, lido pelo senador Eduardo Girão (Podemos-CE), designado relator substituto na reunião.

A comissão aprovou também relatório favorável do senador Telmário Mota (Pros-RR) ao PL 2.098/2019, que determina que o Fundo Nacional de Cultura (FNC) deverá dar

prioridade, na distribuição de seus recursos, a projetos ligados às expressões de origem local, reconhecidas tradicionalmente e consideradas raízes da cultura brasileira, e às comunidades indígenas e de afro-brasileiros.

O FNC deverá apoiar a distribuição equitativa de recursos a serem aplicados em projetos que tratem de manifestações culturais, priorizando-se as locais e tradicionais. Esse fundo é alimentado principalmente pelo Orçamento da União e complementarmente por 3% das loterias.

Da ex-deputada Laura Carneiro, a proposta modifica a Lei Rouanet e prevê que o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor, deve promover, apoiar e difundir a cultura das comunidades indígenas e afro-brasileiras, assim como as suas manifestações culturais.

Conselheiros tutelares poderão ter livre acesso para fiscalizar eventos

Membros de conselhos tutelares, no exercício das funções de fiscalização e proteção da infância e da juventude, poderão ter livre acesso a eventos públicos e privados. É o que determina um projeto aprovado na Comissão de Educação (CE).

Segundo o PL 1.271/2019, fica permitido aos integrantes do conselho tutelar o livre acesso aos locais em que ocorram eventos, shows ou espetáculos dançantes, além de casas noturnas, boates, bares, cinemas, teatros e estádios de futebol. Para isso, o representante precisa exibir sua credencial no local de entrada, comprovar estar no exercício de sua função e permanecer no espaço apenas o tempo necessário para a fiscalização.

O texto original, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), permitia o acesso dos profis-

sionais a esses locais independentemente de estarem a trabalho ou de folga.

O relator, senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), apresentou substitutivo limitando a permissão para que a fiscalização “não venha a restringir indevidamente o direito dos jovens ao esporte, ao lazer e à cultura”.

“Entendemos que, além de devidamente identificado, o representante também deva comprovar estar no exercício de sua função e permanecer no local apenas o tempo necessário para a fiscalização, de modo a evitar, inclusive, que o interesse público na fiscalização sirva como pretexto para satisfação de algum interesse particular espúrio”, afirma no relatório.

O texto segue para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).